

INST.DE ESTUDOS NO MAR ALTE.PAULO MOREIRA

## Termo de Referência 71/2026

### Informações Básicas

Número do artefato UASG

71/2026

Editado por

753000-INST.DE ESTUDOS NO MAR ALTE.PAULO MOREIRA MICHAEL LUIZ LIMA BRAGA

Atualizado em

16/06/2026 14:42 (v 0.11)

Status

CONCLUIDO

### Outras informações

Categoria

II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo

Número da Contratação

80/2026

Processo Administrativo

63432.001037/2026-32

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 63432.001037/2026-32)

### TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Aquisição de componente eletromecânico (Conjunto Motor de Arranque) para atendimento das necessidades operacionais do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM), conforme especificações constantes deste instrumento. O objeto restringe-se ao fornecimento do material, sendo os serviços de instalação, montagem e testes de carga executados exclusivamente por mão de obra interna especializada da própria Organização Militar.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Conjunto Motor de Arranque Compatível com Grupo Gerador CSM, modelo GMD 12000E (motor a diesel de 20 HP, Potência máxima: 11 KVA (11.000 W), Potência nominal: 10 KVA (10.000 W), 9 dentes e sistema bivolt (127/220 V)). Código de referência do fabricante: nº 20010087. Componente novo, de primeiro uso, testado, genuíno ou de desempenho e compatibilidade técnica absoluta equivalente.	456062	Unidade	01	R\$ 3.450,00	R\$ 3.450,00

1.2. O fornecimento destina-se exclusivamente ao atendimento das necessidades do IEAPM, na condição de Órgão Contratante, inexistindo a participação de órgãos ou entidades aderentes nesta contratação direta.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital e por meio de especificações usuais de mercado, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, tratando-se de insumo estritamente necessário para restabelecer a continuidade de serviço público essencial, a salubridade e a habitabilidade da instalação, em conformidade com os critérios de estrita necessidade e eficiência previstos no Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato ou da emissão e recebimento da respectiva Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (como a Nota de Empenho de Despesa) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência, execução e liquidação da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), documento digital anexo e indissociável deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação não restou inicialmente previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) vigente, configurando inclusão excepcional e extemporânea motivada por fato superveniente imprevisível, em estrita observância ao artigo 12 da IN SEGES/MGI nº 11/2022.

2.3. A ausência de planejamento prévio justifica-se pela natureza de manutenção corretiva imediata da demanda, decorrente da pane mecânica abrupta no motor de arranque do grupo gerador principal CSM da Ilha de Cabo Frio, agravada pelo recolhimento subsequente do gerador portátil reserva. Trata-se de imprevisto operacional que gerou risco iminente à salubridade, ao abastecimento hídrico e à subsistência do pessoal de serviço, demandando ação célere da Administração para restabelecer as condições mínimas de habitabilidade da instalação.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) que instrui este processo, consistindo na aquisição de componente sobressalente (Conjunto Motor de Arranque) para o restabelecimento e a continuidade operacional do grupo gerador estacionário principal da Ilha de Cabo Frio.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Os critérios de sustentabilidade ambiental baseiam-se nas diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, exigindo-se os seguintes requisitos mínimos:

4.1.1. O produto deverá ser acondicionado em embalagem adequada, de tamanho proporcional ao volume do componente, preferencialmente utilizando materiais recicláveis, visando à redução do descarte de resíduos na unidade receptora.

4.2. Na presente contratação não haverá indicação ou preferência por marca específica, sendo admitido qualquer fabricante, desde que o componente atenda à compatibilidade técnica absoluta e aos parâmetros de desempenho exigidos para o Grupo Gerador CSM (modelo GMD 12000E), conforme detalhado nas especificações do objeto.

4.3. Não há vedações prévias a marcas ou produtos registradas neste processo administrativo.

4.4. Fica dispensada a exigência de apresentação de amostras ou cartas de solidariedade do fabricante, por se tratar de bem comum de prateleira com especificações amplamente difundidas no mercado e de baixo valor estimado.

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, devendo a empresa adjudicatária assumir a responsabilidade direta, integral e exclusiva pela entrega do componente nos moldes estabelecidos neste Termo de Referência.

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação prevista no artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021, considerando o baixo valor econômico da operação (R\$ 3.450,00), a baixa complexidade do fornecimento e a entrega sob o regime de obrigação única, cuja execução direta reduz riscos significativos de inadimplemento.

4.7. Tratando-se de objeto único, indivisível e com valor estimado inferior a R\$ 80.000,00, o procedimento submete-se ao regime de exclusividade para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP), nos termos do Art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, restando inaplicáveis os institutos de reserva de cotas ou margens de preferência.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. O prazo de entrega do bem é de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da Nota de Empenho ou da Autorização de Fornecimento por parte da empresa adjudicatária, devendo o fornecimento ocorrer em remessa única.

5.2. Caso não seja possível efetuar a entrega na data assinalada por motivos alheios à sua vontade, a empresa deverá comunicar formalmente as razões respectivas com, no mínimo, 3 (três) dias úteis de antecedência do vencimento, para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Administração, ressalvadas as situações devidamente comprovadas de caso fortuito ou força maior.

5.3. O bem deverá ser entregue em terra firme, diretamente no Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM), situado na Rua Kioto, nº 253, Bairro Praia dos Anjos, Arraial do Cabo - RJ, CEP 28930-000, no horário das 08:30h às 11:30h e das 13:30h às 16:30h, de segunda a sexta-feira, cabendo ao fornecedor a total responsabilidade pelo transporte e descarregamento do componente.

5.4. O prazo de garantia contratual do bem será aquele fornecido pelo fabricante ou, na falta deste, o prazo mínimo de 90 (noventa) dias estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5. A garantia será prestada com vistas a manter o equipamento fornecido em perfeitas condições de uso, abrangendo a realização de manutenção corretiva e a substituição integral do componente pelo próprio contratado ou por assistência técnica autorizada, caso apresente defeito ou vício oculto de fabricação no período, sem qualquer ônus ou custo adicional para a Administração.

5.6. Uma vez notificado formalmente sobre a existência de vício ou defeito na peça, o contratado realizará a substituição do produto no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, arcando integralmente com os custos de logística, retirada e devolução do componente.

5.7. Decorrido o prazo para substituição sem o atendimento da solicitação ou sem a apresentação de justificativa aceita pela Administração, caracterizar-se-á o inadimplemento contratual, sujeitando a contratada à rescisão do ajuste e à aplicação das sanções administrativas e penalidades previstas neste instrumento e na Lei nº 14.133/2021.

5.8. A obrigação de reparação técnica decorrente da garantia legal ou contratual do objeto possui natureza autônoma, subsistindo a responsabilidade do fornecedor por vícios ocultos verificados no componente mesmo após o recebimento definitivo, nos termos da legislação civil vigente.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato ou instrumento equivalente (Nota de Empenho) deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da contratação por motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente justificado e aceito pela Administração, o cronograma de execução poderá ser prorrogado pelo tempo correspondente, formalizada a alteração por termo aditivo ou apostilamento, conforme o caso.

6.3. As comunicações entre o Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM) e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica (e-mail) para esse fim.

6.4. A Administração do IEAPM poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato relacionadas à entrega do componente.

6.5. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Fiscal do Contrato, ou por seu substituto regulamente designado pela Administração, que exercerá as atribuições de controle técnico e administrativo do fornecimento.

6.6. O fiscal anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à entrega do motor de arranque, determinando prazos para a regularização de eventuais faltas, desacordos com a especificação ou defeitos observados.

6.7. Identificada qualquer inexatidão, vício de fabricação ou irregularidade no item entregue, o fiscal emitirá notificação imediata à empresa contratada para a substituição do produto, informando o ocorrido ao Gestor do Contrato.

6.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, além de realizar o recebimento do objeto e o atesto da documentação fiscal para posterior encaminhamento à liquidação e pagamento.

6.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade resultante de imperfeições técnicas ou emprego de material inadequado no componente, não implicando corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes logísticos.

6.10. Cabe ao Gestor do Contrato supervisionar as atividades da fiscalização, acompanhar a manutenção das condições de habilitação para fins de pagamento e coordenar a atualização dos registros formais da contratação.

6.11. O Gestor do Contrato adotará as providências necessárias para a formalização de processo administrativo de apuração de responsabilidade e aplicação de sanções, caso o fornecedor incorra em atraso injustificado ou inexecução da obrigação.

6.12. Após o recebimento definitivo e o atesto do componente, o Gestor do Contrato enviará a documentação pertinente ao setor financeiro para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a empresa contratada que incorrer em qualquer das seguintes condutas:

7.1.1. Der causa à inexecução parcial da obrigação contratual.

7.1.2. Der causa à inexecução parcial da obrigação que resulte em grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos operados pelo IEAPM ou ao interesse coletivo.

7.1.3. Der causa à inexecução total do objeto desta contratação.

7.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do componente sem motivo justificável aceito pela fiscalização.

7.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante o procedimento de contratação ou durante a execução da obrigação.

7.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do objeto.

7.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

7.1.8. Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas à contratada que incorrer nas infrações descritas no item anterior as seguintes sanções administrativas:

7.2.1. Advertência, quando der causa à inexecução parcial da obrigação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 7.1.2, 7.1.3 e 7.1.4, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelo prazo de até 3 (três) anos.

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 7.1.5, 7.1.6, 7.1.7 e 7.1.8, bem como nos subitens 7.1.2, 7.1.3 e 7.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

7.2.4. Multas, distribuídas da seguinte forma:

7.2.4.1. Multa moratória pelo atraso injustificado na entrega do motor de arranque, correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total da nota de empenho, até o limite máximo de 15 (quinze) dias, prazo após o qual a Administração poderá considerar configurada a inexecução total.

7.2.4.2. Multa compensatória pela inexecução total do objeto, no percentual de 15% (quinze por cento) calculado sobre o valor da contratação.

7.2.4.3. Multa compensatória pela inexecução parcial do objeto, no percentual de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor total da obrigação.

7.2.4.4. Multa compensatória pela prática das infrações descritas nos subitens 7.1.5 a 7.1.8, no percentual de 15% (quinze por cento) calculado sobre o valor total da contratação, sem prejuízo da aplicação cumulativa das sanções de impedimento ou inidoneidade.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao erário ou ao patrimônio sob administração do IEAPM.

7.4. Todas as sanções restritivas de direito previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa.

7.5. Antes da aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência, será assegurado ao interessado o direito ao contraditório e à ampla defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis para as penalidades de impedimento e inidoneidade, e de 5 (cinco) dias úteis no caso de advertência ou multa, contados a partir da data de sua intimação formal.

7.6. A multa aplicada administrativamente poderá ser recolhida de forma voluntária no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação enviada pela autoridade competente.

7.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo autônomo, observando-se o rito procedimental estabelecido no artigo 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.7.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial da empresa, bem como para os contatos cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

7.7.2. Os endereços eletrônicos constantes na proposta ou no SICAF serão considerados válidos e de uso contínuo, não cabendo ao fornecedor alegar desconhecimento das comunicações textuais a eles devidamente enviadas.

7.8. Na dosimetria das sanções, a autoridade competente considerará a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, a existência de circunstâncias atenuantes ou agravantes, e os danos diretos causados ao funcionamento da base de serviço na Ilha de Cabo Frio.

7.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente nos mesmos autos, observando-se o rito e a competência definidos na Lei Anticorrupção.

7.10. A personalidade jurídica da empresa contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso de direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática de atos ilícitos ou provocar confusão patrimonial, estendendo-se os efeitos aos seus administradores, sócios e empresas coligadas, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

7.11. O IEAPM informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções aplicadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação do ato, para fins de publicidade obrigatória no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e no SICAF.

7.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade são passíveis de pedido de reabilitação, na forma disposta no artigo 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. Os débitos da empresa resultantes de multas administrativas ou indenizações não inscritos em dívida ativa poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos decorrentes desta mesma contratação, na forma estabelecida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

8.1. O componente eletromecânico será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato de sua entrega física no IEAPM, conjuntamente com a apresentação da respectiva Nota Fiscal, pelo agente responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua perfeita conformidade com as especificações contidas neste instrumento.

8.2. O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, caso seja constatado qualquer desacordo com as exigências técnicas estabelecidas na especificação do objeto, devendo o fornecedor providenciar a sua substituição integral no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da notificação formal, correndo todas as despesas logísticas por conta exclusiva da empresa contratada, sem prejuízo da aplicação imediata das sanções administrativas cabíveis.

8.3. O recebimento definitivo do objeto ocorrerá no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de entrega do componente e da respectiva Nota Fiscal, após a verificação minuciosa da qualidade, da quantidade, da integridade física e da absoluta compatibilidade do motor com o Grupo Gerador CSM, formalizando-se o ato mediante termo detalhado de aceite emitido pela fiscalização.

8.4. O prazo estabelecido para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado por igual período, mediante justificativa fundamentada, na hipótese de ocorrência de diligências adicionais indispensáveis para a aferição do perfeito atendimento dos requisitos técnicos exigidos.

8.5. Na hipótese de surgir qualquer controvérsia técnica acerca da execução do objeto quanto à dimensão, qualidade ou conformidade da peça, aplicar-se-á o teor do artigo 143 da Lei nº 14.133, de 2021, notificando-se formalmente a empresa para a solução da divergência, permanecendo sobrestada a aceitação definitiva do item.

8.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do fornecedor pela solidez, segurança e perfeito funcionamento do bem entregue, tampouco a responsabilidade ético-profissional pela execução integral e regular da obrigação comercial firmada com a Administração.

8.7. Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para os procedimentos formais de liquidação da despesa, por se tratar de contratação direta enquadrada nos limites de valor do artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021, em estrita observância ao disposto no artigo 7º, § 4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.8. Para fins de liquidação, o setor de finanças do IEAPM verificará se a Nota Fiscal apresentada expressa com exatidão os elementos essenciais do documento, compreendendo o prazo de validade, a data de emissão, os dados cadastrais da organização militar contratante, o valor exato a pagar e o destaque de eventuais retenções tributárias incidentes na fonte.

8.9. Constatada a existência de erro material na apresentação da Nota Fiscal ou qualquer circunstância impeditiva que impossibilite a liquidação regular da despesa, o procedimento correspondente ficará sobrestado até que a empresa contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, reiniciando-se a contagem integral do prazo processual a partir da comprovação da devida regularização, sem qualquer ônus financeiro para o contratante.

8.10. A Nota Fiscal apresentada deverá vir obrigatoriamente acompanhada das certidões de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor, aferidas mediante consulta direta e eletrônica ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade técnica de acesso ao sistema, por meio dos sítios eletrônicos oficiais correspondentes.

8.11. Constatando-se eventual situação de irregularidade fiscal da empresa junto ao SICAF, a mesma será notificada formalmente por escrito para que, no prazo improrrogável de até 5 (cinco) dias úteis, proceda à devida regularização de sua situação cadastral ou apresente sua justificativa de defesa.

8.12. Persistindo a inadimplência fiscal sem justificativa legal aceita, o IEAPM efetuará o pagamento correspondente pela execução física comprovada do objeto para evitar o enriquecimento sem causa da Administração, mas comunicará imediatamente o fato aos órgãos de fiscalização tributária e efetuará o registro da ocorrência restritiva no SICAF para fins de aplicação das penalidades cabíveis.

8.13. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data da finalização da liquidação da despesa pelo setor competente, em estrita observância ao disposto no artigo 141, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Na hipótese de ocorrer atraso injustificado no pagamento por culpa exclusiva da Administração, o valor nominal devido à empresa será atualizado monetariamente entre o termo final do prazo original e a data do efetivo desembolso financeiro, mediante a aplicação da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo IBGE.

8.15. O pagamento será realizado exclusivamente por meio de ordem bancária eletrônica, emitida diretamente para o crédito na instituição financeira, agência e conta-corrente formalmente indicadas pela contratada em sua proposta comercial.

8.16. Considerar-se-á como a data efetiva do pagamento o dia em que constar como emitida a respectiva ordem bancária no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

8.17. Quando da efetiva realização do pagamento, o IEAPM procederá às retenções tributárias incidentes na fonte sobre o valor da operação, nos exatos termos determinados pela legislação fiscal e pelas instruções normativas da Receita Federal do Brasil vigentes.

8.18. A empresa contratada que for regularmente optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) não sofrerá as retenções federais na fonte de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, condicionando-se o benefício à apresentação tempestiva da declaração oficial comprobatória exigida por lei, subsistindo, porém, a retenção do ISSQN caso o município de Arraial do Cabo assim o determine na legislação local.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento de contratação direta, sob a modalidade de Dispensa de Licitação, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, tendo em vista que o valor total estimado da contratação do componente eletromecânico encontra-se nitidamente abaixo do limite legal estabelecido para a dispensa de certame licitatório para compras e serviços comuns.

9.2. O critério de julgamento da proposta adotado para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração será o de Menor Preço.

9.3. O fornecimento do objeto será integral, devendo a entrega do motor de arranque ocorrer em conformidade com as condições, prazos e locais determinados no Item 5 deste Termo de Referência.

9.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão apurados tendo como limite máximo o valor global estimado da contratação obtido na pesquisa prévia de mercado, sendo sumariamente desclassificadas as propostas comerciais que apresentarem valores superiores ao teto orçamentário fixado pelo IEAPM.



9.5. Para fins de verificação das condições de habilitação, o fornecedor selecionado deverá comprovar os requisitos mínimos dispostos nos subitens a seguir.

#### 9.6. Habilitação Jurídica:

9.6.1. No caso de empresário individual, Microempreendedor Individual (MEI), sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade empresária, a comprovação dar-se-á mediante o respectivo ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente inscrito e registrado perante o órgão competente (Junta Comercial ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas), acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição e investidura de seus atuais administradores.

#### 9.7. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

9.7.1. Prova de inscrição regular no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

9.7.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

9.7.3. Prova de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

9.7.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa.

9.7.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e absolutamente compatível com o fornecimento do objeto aqui especificado.

#### 9.8. Disposições Gerais sobre a Habilitação:

9.8.1. Os requisitos de habilitação fiscal, social e trabalhista de que trata este item serão preferencialmente verificados e extraídos de forma direta e eletrônica por meio de consulta regular ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

9.8.2. Fica dispensada a exigência de apresentação de documentação relativa à Qualificação Econômico-Financeira e à Qualificação Técnica, tendo em vista tratar-se de contratação direta por dispensa de licitação com entrega em remessa única, cujo baixo valor e a simplicidade do objeto de prateleira tornam a exigência desproporcional, nos termos permitidos pela simplificação de procedimentos voltados à eficiência pública.

9.8.3. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos de habilitação apresentados deverão estar obrigatoriamente em nome da matriz. Caso o fornecedor seja a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto na hipótese daqueles comprovantes que, pela sua própria natureza jurídica ou arrecadação centralizada, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável pela Administração, é de R\$ 3.450,00 (três mil quatrocentos e cinquenta reais), em conformidade com o preço unitário obtido na pesquisa mercadológica prévia e detalhado nas especificações do objeto deste Termo de Referência.

10.2. A estimativa de custo de mercado balizará a aceitabilidade da proposta comercial no sistema de Dispensa Eletrônica, sendo sumariamente desclassificada qualquer oferta que ultrapasse o valor global fixado pelo IEAPM.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentária:

11.2.1. Gestão/Unidade: 00001;

11.2.2. Fonte de Recursos: 100000000;

11.2.3. Programa de Trabalho (PTRES): 236885;

11.2.4. Elemento de Despesa: 339030 (Material de Consumo);

11.2.5. Plano Interno (PI): R90173001L0.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência são de caráter eminentemente público e não estão classificadas sob qualquer grau de sigilo, em estrita observância à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

Arraial do Cabo, RJ, na data da assinatura.

**MICHAEL LUIZ LIMA BRAGA**

Responsável pela Contratação e Supervisor da Ilha do Farol

## **13. ANEXO I**

### **1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O fornecedor adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação oficial, para aceitar e retirar a respectiva Nota de Empenho, que operará como instrumento substitutivo do termo de contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

1.2. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado por igual período, uma única vez, mediante solicitação formal e devidamente justificada por parte do adjudicatário, desde que aceita pela Administração do IEAPM.

1.3. O aceite eletrônico ou a retirada da Nota de Empenho pelo adjudicatário implica o reconhecimento formal de que:

1.3.1. O referido instrumento substitui integralmente o termo de contrato para todos os efeitos legais, aplicando-se-lhe irrestritamente as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. O Contratado vincula-se integralmente à sua proposta comercial apresentada, às previsões contidas no Aviso de Dispensa Eletrônica, ao Termo de Referência e aos seus demais anexos.

## 2. VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação terá início na data de emissão e retirada da Nota de Empenho e será de 12 (doze) meses, sem prejuízo de sua extinção antecipada com o recebimento definitivo do objeto e a subsequente extinção das obrigações de pagamento por parte da Administração.

2.2. O prazo de execução e entrega do bem é aquele estritamente fixado no Termo de Referência, o qual poderá ser estendido caso ocorra atraso decorrente de fato da Administração ou força maior, mediante justificativa e readequação do cronograma, mantendo-se a vigência da contratação até a plena conclusão do objeto.

## 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento integral de todas as obrigações comerciais e técnicas assumidas pelo Contratado, de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência;

3.1.2. Proceder ao recebimento do objeto nos prazos, locais e condições fixados no instrumento técnico;

3.1.3. Notificar o Contratado, formalmente e por escrito, sobre a ocorrência de quaisquer vícios, defeitos, imperfeições ou incorreções verificadas no componente entregue, fixando prazo para sua substituição às expensas do fornecedor;

3.1.4. Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução da entrega do bem por meio do agente de contratação e fiscais designados;

3.1.5. Efetuar o pagamento do valor correspondente ao fornecimento do objeto no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções administrativas previstas na legislação em caso de inadimplemento.

## 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir rigorosamente as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus todos os riscos comerciais, custos logísticos e despesas decorrentes da perfeita execução do fornecimento, observando ainda:

4.1.1. Entregar o componente novo, sem uso anterior, acompanhado de sua respectiva Nota Fiscal de faturamento;

4.1.2. Responsabilizar-se civil e tecnicamente por quaisquer vícios ocultos ou danos decorrentes do objeto fornecido, em estrita observância aos ditames do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

4.1.3. Comunicar à fiscalização do IEAPM, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data limite da entrega, eventuais motivos de força maior que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, anexando a devida comprovação documental;

4.1.4. Manter, durante todo o procedimento de entrega e liquidação da despesa, as condições de regularidade fiscal, social e trabalhista exigidas para a contratação direta junto ao SICAF;

4.1.5. Não utilizar mão de obra infantil, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, nem submeter trabalhadores a condições degradantes de trabalho.

## 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será considerada regularmente extinta quando cumpridas integralmente as obrigações recíprocas de ambas as partes (entrega definitiva pelo fornecedor e pagamento pelo contratante).

5.2. O ajuste poderá ser extinto antes do prazo por motivos decorrentes de inexecução total ou parcial das obrigações por culpa do Contratado, garantidos o contraditório e a ampla defesa, ensejando a aplicação das penalidades legais cabíveis.

## 6. DOS CASOS OMISSOS e ALTERAÇÕES

6.1. Os casos omissos serão decididos pela Administração do IEAPM, segundo as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis.

6.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições pactuadas, eventuais acréscimos ou supressões de quantitativos que se fizerem necessários, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da Nota de Empenho.

## 7. FORO

7.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, Subseção Judiciária de São Pedro da Aldeia/Cabo Frio, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da execução desta contratação que não puderem ser compostos administrativamente de forma amigável.

# 14. ANEXO II

### TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda plenamente com as disposições e obrigações previstas no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere a Dispensa Eletrônica nº ...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Arraial do Cabo, - RJ, na data da assinatura.

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Supervisor da Ilha do Farol

**MICHAEL LUIZ LIMA BRAGA**

Responsável pela contratação direta